



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1001578-40.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Eduardo de Aguiar Faria**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

EDUARDO DE AGUIAR FARIA ajuizou ação anulatória com pedido tutela antecipada em face do **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO** alegando que na data de 09/12/2017, enquanto transitava pela Avenida Jorge João Saad, no Município de São Paulo, foi autuado por infração ao artigo 165 A do CTB. Sustentou que tendo em vista não constar no auto de infração quaisquer outros sinais fisiológico-psicomotores que constatassem que o autor se encontrava embriagado, este vem sofrendo prejuízos. Em razão desses fatos pretende em tutela antecipada a suspensão os efeitos do processo administrativo e ao final a procedência da ação tornando-se definitiva a tutela concedida. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela provisória foi indeferida.

Citado, pelo requerido apresentou contestação, suscitando a correção na penalidade aplicada, cuja autuação seguiu, rigorosamente, as formalidades disposta na legislação de regência.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

1001578-40.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

A ação é improcedente.

Com efeito, o autor foi autuado por infração de trânsito, disposta no artigo 165 A do CTB, acerca do que desnecessária a comprovação da embriaguez, diante da recusa na realização de teste, jungido as circunstâncias que permitam certificar a influência de álcool, como aconteceu no caso vertente. Ainda, importante salientar, que cabia ao autor a escolha em realizar exame clínico de colheita de sangue, ao que ficou inerte.

Acresce-se: nestes autos o autor não conseguiu comprovar suas asserções exordiais, acerca das suscitadas irregularidades, claudicando com o ônus processual, pelo que, ao convencimento deste magistrado, dever sobrepujar a presunção de legalidade e legitimidade do ato administrativo, em detrimento da pretensão aqui deduzida.

Ante o exposto, julgo a ação **IMPROCEDENTE**.

Arcará o autor com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Deixo de proceder à remessa necessária.
Oportunamente, arquivem-se.

P.I.C

Araraquara, 08 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**